



O documento foi entregue para CVM e BM&FBOVESPA008117FCA000020110300008534-77
008117ITR300920110100012681-8926/05/2011 09:1611/11/2011 14:40

Informações Trimestrais - ITR

Protocolo de Recebimento: 008117ITR300920110100012681-89
Protocolo Relacionado: 008117FCA000020110300008534-77
Tipo de Arquivo: Informações Trimestrais
Versão: 1
Data de Referência: 30/09/2011
Data de Entrega: 11/11/2011 14:40

ITR capeado pelos dados cadastrais do formulário cadastral V3 recebido em 26/05/2011.

****Atenção:** A atualização desse protocolo no sistema EmpresasNet é automática. Caso essa atualização não ocorra automaticamente, o protocolo de recebimento deste documento deve ser atualizado no sistema através da função "Manutenção do Protocolo"!

Imprimir

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanco Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanco Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	30
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	46
Preferenciais	85
Total	131
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	24.203	23.836
1.01	Ativo Circulante	924	705
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	509	283
1.01.03	Contas a Receber	303	335
1.01.03.01	Clientes	303	335
1.01.04	Estoques	97	81
1.01.06	Tributos a Recuperar	11	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	4	6
1.02	Ativo Não Circulante	23.279	23.131
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	34	25
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3	2
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	31	23
1.02.02	Investimentos	22.838	22.832
1.02.02.01	Participações Societárias	18	15
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	18	15
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	22.820	22.817
1.02.03	Imobilizado	373	240
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	373	240
1.02.04	Intangível	34	34
1.02.04.01	Intangíveis	34	34

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	24.203	23.836
2.01	Passivo Circulante	363	504
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	30	30
2.01.01.01	Obrigações Sociais	19	19
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11	11
2.01.02	Fornecedores	55	160
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	55	160
2.01.03	Obrigações Fiscais	83	111
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	82	95
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	2
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Recolher	16	30
2.01.03.01.03	Imposto de Renda retido na Fonte a Recolher	2	2
2.01.03.01.04	Outros	64	61
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1	16
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	9	13
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	9	13
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	9	13
2.01.05	Outras Obrigações	151	172
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	43	55
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	43	55
2.01.05.02	Outros	108	117
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	4	11
2.01.05.02.05	Parcelamento de Títulos	104	106
2.01.06	Provisões	35	18
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	35	18
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	35	18
2.02	Passivo Não Circulante	22.234	21.991
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	32	35
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	32	35
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	32	35
2.02.02	Outras Obrigações	17.352	17.106
2.02.02.02	Outros	17.352	17.106
2.02.02.02.03	Obrigações Tributárias Refis	16.447	16.214
2.02.02.02.04	Parcelamento de Tributos	849	849
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	56	43
2.02.03	Tributos Diferidos	4.850	4.850
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.850	4.850
2.03	Patrimônio Líquido	1.606	1.341
2.03.01	Capital Social Realizado	17.359	17.359
2.03.02	Reservas de Capital	451	451
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-16.204	-16.469

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	550	1.588	477	1.411
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-138	-422	-138	-380
3.03	Resultado Bruto	412	1.166	339	1.031
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-209	-598	-201	-525
3.04.01	Despesas com Vendas	-71	-187	-43	-134
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-138	-411	-158	-392
3.04.02.01	Despesas Gerais/Administrativas	-99	-299	-110	-286
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-9	-25	-5	-11
3.04.02.03	Remuneração dos Administradores	-19	-53	-20	-49
3.04.02.04	Outras Despesas Operacionais	-11	-34	-23	-46
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	203	568	138	506
3.06	Resultado Financeiro	-108	-303	-149	-436
3.06.01	Receitas Financeiras	18	52	11	37
3.06.02	Despesas Financeiras	-126	-355	-160	-473
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	95	265	-11	70
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	-1	-11
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	95	265	-12	59
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	95	265	-12	59
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,72500	2,02290	-0,09160	0,45038
3.99.01.02	PN	0,72500	2,02290	-0,09160	0,45038
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,72500	2,02290	-0,09160	0,45038
3.99.02.02	PN	0,72500	2,02290	-0,09160	0,45038

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercicio 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercicio Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	95	265	-12	59
4.03	Resultado Abrangente do Período	95	265	-12	59

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	397	81
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	290	73
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo do Exercício	265	59
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	25	14
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	107	8
6.01.02.01	Aumento(Diminuição) nos ativos	-2	-20
6.01.02.02	Aumento(Diminuição) nos passvos	109	28
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-164	-193
6.02.01	Baixas de Propriedades para Investimento	61	10
6.02.02	Adições de Propriedades para Investimento	-67	-158
6.02.03	Adições ao Ativo Imobilizado	-158	-45
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	226	-112
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	283	474
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	509	362

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	17.359	451	0	-16.469	0	1.341
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	17.359	451	0	-16.469	0	1.341
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	265	0	265
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	265	0	265
5.07	Saldos Finais	17.359	451	0	-16.204	0	1.606

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	17.359	451	0	-16.555	0	1.255
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	17.359	451	0	-16.555	0	1.255
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	59	0	59
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	59	0	59
5.07	Saldos Finais	17.359	451	0	-16.496	0	1.314

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	1.841	1.626
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.831	1.628
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	10	-2
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-717	-671
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-422	-380
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-295	-291
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.124	955
7.04	Retenções	-25	-14
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25	-14
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.099	941
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	52	37
7.06.02	Receitas Financeiras	52	37
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.151	978
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.151	978
7.08.01	Pessoal	192	145
7.08.01.01	Remuneração Direta	179	135
7.08.01.02	Benefícios	4	4
7.08.01.03	F.G.T.S.	9	6
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	322	285
7.08.02.01	Federais	211	182
7.08.02.02	Estaduais	65	61
7.08.02.03	Municipais	46	42
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	372	489
7.08.03.01	Juros	355	473
7.08.03.02	Aluguéis	17	16
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	265	59
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	265	59

Comentário do Desempenho

Comparativamente ao trimestre anterior, as vendas do varejo e os aluguéis do nosso Centro Comercial tiveram um aumento de 1,66%. As receitas totais em comparação ao mesmo trimestre do exercício anterior tiveram um incremento de 15,30%.

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem por objeto, a exploração do comércio varejista de malhas, confecções, outros artigos e produtos em geral; exportação e importação de bens de capital e consumo; arrendamento e locação de bens móveis e imóveis próprios.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, especificamente Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e nas políticas contábeis internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A demonstração dos resultados abrangentes não está sendo apresentada, pois não há valores a serem apresentados sob esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações trimestrais em 01 de Novembro de 2011.

b. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas informações trimestrais individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais.

d. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das informações trimestrais de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas Explicativas

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a. Instrumentos financeiros

a.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

a.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

c. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia. Se o pagamento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

Notas Explicativas

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela Administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 10.

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção. Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, como manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um custo na demonstração do resultado do período a que se referem.

A Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade (impairment) para as propriedades para investimentos registradas.

f. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 11, que consideram a vida útil-econômica estimada dos bens.

g. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Apuração do resultado

Receitas de vendas

São reconhecidas quando a propriedade e os riscos inerentes ao produto são substancialmente transferidos para o cliente, quando o preço de venda é fixo e determinável, quando existe evidência de contrato de venda e quando a cobrança está razoavelmente assegurada. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

Receita de aluguéis e serviços

As receitas de aluguéis são reconhecidas com base na fruição dos contratos e a receita de serviços é reconhecida quando da efetiva prestação de serviços, independentemente do faturamento. As despesas e os custos são reconhecidos quando incorridos. As receitas de cessões de direitos a lojistas, se e quando recebidas, são diferidas e apropriadas ao resultado de acordo com a fruição do primeiro contrato de aluguel.

j. Redução do valor recuperável

Ativos financeiros, incluindo recebíveis:

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Notas Explicativas

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGC à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGC são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGC, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGC em uma base pro rata.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Notas Explicativas

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

m. Demonstração dos valores adicionados

A companhia elaborou a demonstração dos valores adicionados (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas.

Notas Explicativas

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição a eles. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Considerações gerais:

Em 30 de Setembro de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- a. Caixa e equivalentes de caixa - estão apresentadas ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- a. Clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- b. Empréstimos e financiamentos - o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de Setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são como segue:

	30 de Setembro de 2011 Contábil	30 de Setembro de 2011 Valor justo	31 de dezembro de 2010 Contábil	31 de dezembro de 2010 Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	509	509	283	283
Clientes	303	303	335	335
Empréstimos e Financiamentos	(41)	(41)	(48)	(48)
Fornecedores	(55)	(55)	(160)	(160)

Fatores de Risco:

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de crédito
- risco de liquidez
- risco de mercado

Notas Explicativas

- risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de clientes realizando diversas ações de cobrança.

Risco de liquidez:

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

Risco de mercado:

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado, é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco Operacional:

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações trimestrais, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

Principais premissas e estimativas contábeis

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

b. Impairment de ativos de vida útil longa

A Companhia faz teste de impairment em ativos de vida longa útil para Investimentos e Ativo Imobilizado, para determinar e calcular o impairment quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do impairment dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas significativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

Não foi necessário constituir provisão para impairment em 30 de Setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa	9	10
Banco conta movimento	44	6
Aplicações liquidez imediata	456	267
	<hr/>	<hr/>
	509	283

As aplicações financeiras referem-se a fundos de renda fixa, com possibilidade de resgate imediato remunerados com base no CDI - Certificado de Depósitos Interbancário, em Instituições Financeiras renomadas.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Clientes no varejo	23	42
Contas a receber centro comercial	481	501
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(196)	(208)
Recebimentos a compensar	(5)	-
	<hr/>	<hr/>
	303	335

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada da seguinte forma: 100% dos aluguéis a receber em processos judiciais, e vencidos há mais de 12 meses, e 50% dos vencidos entre seis e doze meses.

Os recebimentos a compensar, referem-se aos cheques pré-datados recebidos a título de pagamento de aluguel.

8. ESTOQUES

Em 30 de Setembro de 2011, o montante de R\$ 97 (R\$81 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a artigos de vestuário masculino, feminino e infantil para revenda, no setor de varejo. Valores apurados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor de realização, dos dois o menor.

9. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Depósitos para recursos judiciais	13	5
Adiantamentos a terceiros	18	18
	<hr/>	<hr/>
Total não circulante	31	23

Notas Explicativas

10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Terrenos	-	62
Imóveis para Locação	22.820	22.756
Outros Investimentos	18	14
	<u>22.838</u>	<u>22.832</u>

Em 2011 a Companhia vendeu o terreno pelo montante de R\$60.

Imóveis para Locação trata-se do complexo de terrenos, edificações e instalações do Centro Comercial Shopping H, mantido para finalidade de locação.

Em 2010 a entidade efetuou a avaliação de seus Imóveis para Locação, nos termos do ICPC 10, através de laudo emitido pelo perito Engenheiro Milorad Boskovic.

Para a determinação do custo atribuído os avaliadores seguiram as recomendações das Normas de Avaliação NBR 14653-1:2001 e NBR 14653-2:2004 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Para a avaliação, foi considerado o método comparativo.

11. IMOBILIZADO

	<u>30 de Setembro de 2011</u>			<u>31 de dezembro de 2010</u>		
	Custo	Depreciação		Custo	Depreciação	
		acumulada	Líquido		acumulada	Líquido
Móveis, Utensílios e Equipamentos	1.785	(1.664)	121	1.762	(1.651)	111
Benfeitorias	196	(191)	5	196	(189)	7
Veículos	263	(20)	243	127	(10)	117
Outros	6	(2)	4	6	(1)	5
	<u>2.107</u>	<u>(1.869)</u>	<u>373</u>	<u>2.091</u>	<u>(1.851)</u>	<u>240</u>

Notas Explicativas

A depreciação é calculada com base nas seguintes vidas úteis:

<u>Descrição</u>	<u>Taxa anual de depreciação</u>
Móveis, Utensílios e Equipamentos	10%
Benfeitorias	4%
Veículos	20%
Outros	10%

A movimentação do imobilizado em 30 de Setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

	<u>1 de janeiro de 2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Móveis, Utensílios e Equipamentos	66	7	(12)	111
Benfeitorias	10	-	(3)	7
Veículos	25	96	(4)	117
Outros	5	-	-	5
	<u>106</u>	<u>153</u>	<u>(19)</u>	<u>240</u>

	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>30 de Setembro de 2011</u>
Móveis, Utensílios e Equipamentos	111	22	(12)	121
Benfeitorias	7	-	(2)	5
Veículos	117	136	(10)	243
Outros	5	-	(1)	4
	<u>240</u>	<u>158</u>	<u>(25)</u>	<u>373</u>

Notas Explicativas

12. PARCELAMENTO DE TÍTULOS

Em 28 de abril de 2010, a Sociedade comunicou por meio de fato relevante, que em 27 de abril de 2010, foi expedida a certidão do trânsito em julgado da sentença que julgou cumprida a concordata preventiva da Companhia. Para evitar a manifestação contrária do credor quirográfario Valuta Cobranças Ltda. EPP, a Companhia celebrou com aquela empresa, uma confissão de dívida reconhecendo a dívida no montante de R\$1.061.

Em 30 de Setembro de 2011, a Companhia têm contabilizado, referente a esta confissão os montantes de R\$104 (R\$106 em 31 de dezembro de 2010) e R\$849 (R\$849 em 31 de dezembro de 2010), nos passivos circulante e não circulante.

O principal da dívida é atualizado mensalmente, sendo que os juros correspondentes estão sendo pagos também mensalmente. Anualmente, a dívida deve ser amortizada, pelo valor mínimo de R\$106, podendo ser pago de forma cumulativa até o último dia útil de cada ano.

13. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES

Em 30 de Setembro de 2011 o montante de R\$55 (R\$160 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a contas a pagar a fornecedores de produtos para revenda do segmento de vestuário, materiais para reformas, e materiais de expediente.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Salários a pagar	11	11
Multa FGTS sobre parcelamento	10	10
FGTS a recolher	2	2
INSS a recolher	7	7
	<hr/>	<hr/>
	30	30

Notas Explicativas

15. PROVISÕES PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

O montante de R\$ 35 (18 em 31/12/2010) refere-se à Provisões de Férias e Décimo Terceiro Salário, que serão baixadas por ocasião do pagamento das Férias e do Décimo Terceiro Salário.

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	30/09/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Impostos e Contribuições	50	-	80	-
Parcelamentos - REFIS	33	16.447	31	16.214
	83	16.447	111	16.214

Notas Explicativas

a. Impostos e contribuições

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
ICMS a recolher	1	14
ICMS Fundo Social a recolher	-	1
ICMS Funturismo	-	1
IRRF a recolher	2	2
ISQN a recolher	-	1
Contribuição social a recolher	-	1
Imposto de renda a recolher	-	1
PIS a recolher	3	5
COFINS a recolher	13	24
Taxas CVM	31	30
	<hr/>	<hr/>
	50	80

As rubricas de Taxas CVM referem-se a valores devidos a título de taxas de fiscalização, atualizadas com juros e multa.

b. Parcelamentos - REFIS

O Refis está classificado em curto prazo no valor de R\$ 33 referente 12 parcelas mensais e R\$ 16.447 no longo prazo. A atualização é feita mensalmente com base na Taxa de Juros de Longo Prazo "TJLP".

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - Refis, no âmbito da Lei 9.964, de 10.04.2000, parcelando os débitos tributários federais até então devidos e administrados pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional - PGFN, Secretaria da Receita Federal e Instituto Nacional de Serviço Social - INSS.

Como garantia do parcelamento, promoveu o arrolamento de bens (finalizado pelo processo nº 13971.000923-2010-14) sobre duas edificações e respectivo terreno, situado na Rua XV de Novembro, 759, Centro, Blumenau, SC, onde é a Sede da Empresa e que está matriculado sob nº 22.110, no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Blumenau, SC. Na matrícula em que há o arrolamento, há inscritas penhoras judiciais relativas aos processos de execução dos tributos federais incluídos no referido parcelamento e, em razão do parcelamento, todas as execuções se acham suspensas.

Notas Explicativas

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 2000 que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

Natureza	Tributos federais			Total da dívida na adesão
	PGFN	SRF	INSS	
Principal	1.090	173	2.431	3.694
Multa	231	35	805	1.071
Juros	1.362	60	1.790	3.212
Encargos	525	-	140	665
	<u>3.208</u>	<u>268</u>	<u>5.166</u>	<u>8.642</u>

Não foram utilizados créditos fiscais para amortização de multas e juros.

Até 30 de Setembro de 2011, foi pago o montante de R\$26 (R\$ 31 em 2010), referente às parcelas do REFIS federal. Os pagamentos são efetuados com base em 1,2% do faturamento mensal.

O Refis Federal está classificado em curto prazo no valor de R\$33 referente a 12 parcelas vencíveis em 2011 e o restante está classificado em longo prazo. A atualização é feita mensalmente com base na Taxa de Juros de Longo Prazo "TJLP".

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Foram constituídos e classificados no Passivo, os tributos Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre o Custo Atribuído da Avaliação de Investimentos, na qual apresenta-se conforme quadro abaixo.

A Administração entende e reconheceu nos Tributos diferidos, que havendo venda dos investimentos, poderá usufruir da redução de 30% na base de cálculo desses tributos, como segue:

Natureza dos débitos	Valor Base		CSLL (9%)	Redução 30% prejuízos acumulados	Total 30 de Setembro de 2011	Total 2010
	IRPJ(25%)					
Avaliação de Investimentos	15.652	3.913	1.408	(1.597)	3.724	3.724
Reserva de reavaliação transferida para investimentos	4.731	1.183	425	(482)	1.126	1.126
	<u>20.383</u>	<u>5.096</u>	<u>1.833</u>	<u>(2.079)</u>	<u>4.850</u>	<u>4.850</u>

Notas Explicativas

18. PARTES RELACIONADAS

Decorrem de contratos de mútuo, com vencimentos indeterminados e juros de 1% ao mês, como segue:

	ATIVO		PASSIVO	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Guenther Steinbach	-	-	43	55
Hering Post	3	2	-	-
	<u>3</u>	<u>2</u>	<u>43</u>	<u>55</u>

Abaixo segue movimentação ocorrida no resultado:

	Custo/despesa	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Guenther Steinbach	5	8
Compark	63	48
Condomínio Shopping H	150	162
	<u>218</u>	<u>218</u>

19. CAPITAL SOCIAL

Em 30 de Setembro de 2011 o capital social subscrito é de R\$ 17.359 (idem em 31 de dezembro de 2010), totalmente integralizado, representado por 46.272 ações ordinárias e 84.783 ações preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2010).

20. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia estão apresentadas abaixo:

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
VENDAS DO VAREJO	380	352
LOCAÇÕES	<u>1.451</u>	<u>1.276</u>
Total do faturamento	1.831	1.628
Impostos sobre vendas e outras deduções	<u>(243)</u>	<u>(217)</u>
Total receita líquida	<u><u>1.588</u></u>	<u><u>1.411</u></u>

Notas Explicativas

21. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
<u>Receitas financeiras:</u>		
Aplicações Financeiras	36	24
Juros Recebidos	16	11
Correção Monetária	-	2
	<u>52</u>	<u>37</u>
<u>Despesas financeiras:</u>		
Juros sobre empréstimos	11	11
Juros sobre Tributos	263	394
Juros e atualização sobre outras contas a pagar	81	68
	<u>355</u>	<u>473</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(303)</u>	<u>(436)</u>

22. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de Setembro de 2011, as Lojas Hering possuíam os seguros abaixo descritos:

<u>Seguradora</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Vigência apólice</u>	<u>máximo indenizável</u>
Generali Cia de Seguros	Compreensivo empresarial	23.08.2011 à 23.08.2012	15.850
Generali Cia de Seguros	Compreensivo empresarial	23.08.2011 à 23.08.2012	2.400
Confiança Cia de Seguros	Automóvel	10.02.2011 à 10.02.2012	451
Chubb Seguros	Automóvel	23.12.2010 à 23.12.2011	821
			<u>19.522</u>

Notas Explicativas

As premissas adotadas para as coberturas de riscos, por meio de seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações trimestrais, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório de revisão dos auditores independentes – com ressalva

Aos Diretores e Acionistas da
Lojas Hering S.A.
Blumenau – SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Lojas Hering S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva.

Conforme descrito na explicativa nº17, em exercícios anteriores a Companhia registrou no passivo não circulante, o montante de R\$4.850 mil a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, oriundos da avaliação de ativos nos termos do CPC 28 e ICPC 10. Entretanto, a Companhia reconheceu o referido passivo com uma redução de 30%, considerando que, em caso da realização desses bens avaliados, poderá aproveitar seu prejuízo fiscal na apuração do imposto de renda e da contribuição social. Tal benefício caracteriza-se como ativo fiscal diferido e deve ser reconhecido somente se a Companhia demonstrar em projeções de resultados futuros a sua realização. A Companhia não possui tais projeções, portanto, em 30 de setembro de 2011 o passivo não circulante está diminuído e o patrimônio líquido está aumentado em R\$2.079 mil.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto mencionado no parágrafo base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adiado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito

no parágrafo base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados. A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 29 de Março de 2011, com ressalva semelhante a descrita no parágrafo base para conclusão com ressalva e ênfase quanto a continuidade das operações da Companhia.

Florianópolis, 4 de Novembro de 2011

KPMG Auditores Associados (nova denominação social da BDO Auditores Independentes)
CRC SC-000055/F-4
Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1